

Direito Previdenciário

O curso tem como objetivo principal formar um pós-graduado lato sensu de excelência. Para tanto, possui um corpo docente formado por professores que são referências em suas áreas. Além disto, o curso proporciona ao aluno não só o enfrentamento de temas atuais, mas também o estudo e a resolução de casos práticos. Neste contexto, afasta-se da ideia de uma pós-graduação essencialmente teórica, sem perder a profundidade que se espera de um curso lato sensu. Na pós-graduação em direito previdenciário da PUCPR inexistente a divisão em parte teórica e prática: todas as disciplinas e professores deverão tratar de temas demonstrando ao discente a sua aplicação no dia a dia, desde teses aceitas no judiciário até novas construções doutrinárias.

Por que fazer na PUCPR?

O curso é estruturado em 4 módulos, que abordam não só o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), mas também o Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), previdência complementar e revisões de prestações. Cabe destacar, ainda, que a pós-graduação em direito previdenciário é norteada por duas premissas essenciais: interdisciplinaridade e atuação profissional. Por conta disto, não possui a divisão entre teoria e prática: todas as disciplinas apresentarão o conteúdo e colocarão o estudante em contato com casos reais. No que tange à interdisciplinaridade, o curso conta com técnicas de gestão de escritório, contabilidade para fins de cálculo de benefícios, conceitos econômicos e de como as novas tecnologias impactam a relação jurídica previdenciária.

Mais especificamente, cada módulo é estruturado em 3 disciplinas de 24 horas e mais um desafio de aplicação de 12h. Os cursos de pós-graduação lato sensu da área do Direito da PUCPR oferecem ao aluno a opção de realizar o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Essa possibilidade está em linha com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação – MEC para os cursos de pós-graduação lato sensu em todo o País (Res. 1/2018 da Câmara de Educação Superior) e visa atender os estudantes que necessitam do TCC em seus currículos, por qualquer motivo que seja. Seguem como requisitos para aprovação no curso e a consequente emissão de certificado de Pós-graduação Lato Sensu, a presença em sala de aula (ou ambiente virtual) dentro do mínimo estabelecido, bem como a aprovação nas atividades avaliativas das disciplinas que compõem o programa.

Aqueles que optarem por realizar o TCC deverão matricular-se na disciplina específica (Orientação de TCC), para a qual receberão orientação dentro de sua área de interesse. Essa disciplina passará a compor a grade curricular do estudante, terá custo à parte e deverá ser finalizada até a conclusão do curso. Aprovado o trabalho de conclusão de curso realizado pelo aluno, o histórico do curso de pós-graduação é acrescido da informação de que o curso contou com TCC.

A matrícula na disciplina de TCC amplia o vínculo do aluno com o curso. Desta forma, o certificado do aluno somente poderá ser emitido após a conclusão, com êxito, do trabalho de conclusão de curso. Público-Alvo A pós-graduação em direito previdenciário da PUCPR é voltada aos advogados e servidores públicos (do INSS, da justiça federal e procuradores). A partir deste público-alvo, o curso foi estruturado de forma a capacitar o advogado ou servidor público. Finalmente, para os que desejarem, a pós-graduação de direito previdenciário da PUCPR proporcionará o contato com a produção acadêmica, estimulando os alunos a assumirem um papel de destaque na comunidade científica.

Campus:

Curitiba

Modalidade:

EAD

Formato:

E-mail:

pos.direito@pucpr.br

Telefone:

41984971479

www.pucpr.br

Aula Online ao Vivo

Duracao:

13 meses

Periodicidade:

Semanal

Mensalidade:

R\$ 581.90

Inscricao:

E-mail:

pos.direito@pucpr.br

Telefone:

41984971479

www.pucpr.br

[Clique aqui](#)

Disciplinas

Ética

Analisar os problemas éticos atuais, privilegiando controvérsias relacionadas às atividades profissionais. Ao final, os alunos serão capazes de tomar decisões responsáveis e sustentáveis, de acordo com princípios éticos.

A previdência no estado contemporâneo: proteção social e custeio

Histórico da proteção Social. Seguridade Social. Previdência. Assistência. Saúde. Custeio. Contribuições dos segurados obrigatórios. Contribuições das empresas. Lei 8.212/91.

Princípios norteadores e hermenêutica

Normas. Princípios. Regras. Conflito de princípios e regras. Aspectos filosóficos. Fundamentação da relação jurídica previdenciárias. Princípios no âmbito da Seguridade Social. Princípios Previdenciários.

A relação jurídica previdenciária sob a perspectiva da revolução 4.0

Revolução 4.0. INSS Digital. LGPD. O processo administrativo. Blockchain. IN 77/2015. Decreto 3.048/99

Desafio de Aplicação - Análise De Teses Previdenciárias Sob A Perspectiva Dos Tribunais Superiores

Leitura de 5 acórdãos proferidos pelos tribunais superiores em teses que impactaram a relação jurídica previdenciária e que se ampararam em princípios. Com isto, será visualizada, na prática, a importância da disciplina.

Aposentadoria Especial e da Pessoa com Deficiência

Aposentadoria Especial. Posicionamento jurisprudencial. Saúde e segurança do trabalhador. Financiamento da aposentadoria especial. EC 103/2019. LC 142/2013. Aposentadoria da Pessoa com deficiência. Conceito de Pessoa com deficiência.

Benefícios por Incapacidade e Devidos aos Trabalhadores Rurais

Incapacidade permanente. Incapacidade definitiva. Doença e incapacidade. Distinção com deficiência. Requerimento de benefício. EC 103/2019. Auxílio-acidente. Trabalhador Rural. Aposentadoria Híbrida. Aposentadoria por idade rural.

Aposentadoria Por Idade, Tempo E Pensão Por Morte

Aposentadoria por tempo. Tempo de contribuição. Carência. Aposentadoria por idade. Pensão por morte. Dependentes. Família. EC 103/2019. Decreto 3.048/99.

Desafio de Aplicação - RGPS: Hard Cases e Oratória

Estudo de casos difíceis e realização de sustentações orais.

Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS)

Regimes próprios. Federal. Estadual. Municipal. Regras. EC 103/2019. Princípios. Regras. Decisões. Posicionamento jurisprudencial.

Revisões do Regime Próprio dos Servidores Públicos (RPPS)

Revisões no âmbito do RPPS. Teses. Decisões. Processo.

Regimes Complementares

EAPC. EFPC. Custeio. Investimento. CDC. Jurisprudência. Benefício definido. Contribuição definida. Regime Repartição. Regime capitalização. Solidariedade.

Desafio de Aplicação - Regime Próprio: Hard Cases e Teses Inovadoras

Estudo de casos.

A Perspectiva Contábil: Revisões e Cálculos

Revisões RGPS. Salário-de-contribuição. Salário-de-benefício. Atividades concomitantes. Teses. Vida Toda. IRSM. Buraco verde.

A Perspectiva Administrativa: Gestão de Escritório e Confecção de Pareceres

Gestão. Escritório. Lean thinking. Premissas. Elaboração de parecer. Atendimento ao cliente.

A Perspectiva Econômica: Excessiva Judicialização e Impactos na Proteção Social

Análise econômica. Processo civil. Litigiosidade. Procedimentos. Recurso. Atuação.

Desafio de Aplicação - Análise Econômica do Direito Previdenciário

Escassez. Incentivos. Racionalidade. Premissas Econômicas. Interação com a área Jurídica.

Ética

Analisar os problemas éticos atuais, privilegiando controvérsias relacionadas às atividades profissionais. Ao final, os alunos serão capazes de tomar decisões responsáveis e sustentáveis, de acordo com princípios éticos.